



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PROPOSTAS DA INDÚSTRIA PARA ATENUAR EFEITOS DA CRISE

Brasília-DF, 18 de março de 2020

A Indústria Brasileira defende que o Governo Federal adote medidas que deem condições para que as empresas resistam ao período de redução da atividade econômica do país.

As dificuldades para produzir, geradas pela falta de insumos e pela falta de liquidez, com a queda nas vendas, poderão levar diversas empresas eficientes à falência – o que, certamente, aumentará as consequências sociais negativas da crise.

O uso de recursos públicos, escassos devido à situação fiscal, deve ser direcionado ao fortalecimento do sistema de saúde e ao alívio da situação financeira das empresas, para que se assegure a preservação dos empregos.

*As propostas apresentadas a seguir foram elaboradas pela **Confederação Nacional da Indústria (CNI)**, em conjunto com as **Federações Estaduais da Indústria** e com o **Fórum Nacional da Indústria (FNI)**, que representa associações setoriais dos diversos segmentos da indústria nacional.*

TRIBUTAÇÃO

- Adiamento, por 90 dias, do pagamento de todos os tributos federais, incluindo as contribuições previdenciárias.
 - **Objetivo:** *Reduzir a exigência de capital de giro por parte das empresas, em um momento de retração das vendas e diante da necessidade de manutenção dos empregos.*
 - Parcelamento do pagamento do valor dos tributos que tiverem o recolhimento adiado.
 - **Objetivo:** *Dar prazo para recuperação gradual da capacidade de pagamento das empresas após a retomada da normalidade na atividade produtiva.*
 - Prorrogação, por 90 dias, do prazo para apresentação das obrigações acessórias das empresas.
 - **Objetivo:** *Reduzir a quantidade de trabalho não ligado diretamente à produção nas empresas, diminuindo a necessidade de pessoal nas suas instalações.*
 - Dispensa de pagamento, por 90 dias, sem multa, de parcelas de programas de refinanciamento de dívidas dos contribuintes com a União.
 - **Objetivo:** *Reduzir a exigência de capital de giro por parte das empresas em um momento de retração das vendas e diante da necessidade de manutenção dos empregos.*
 - Redução temporária das tarifas de energia elétrica, através da redução de encargos setoriais e da utilização de bandeiras tarifárias mínimas.
 - **Objetivo:** *Reduzir os custos de produção e as exigências de capital de giro durante o período de crise.*
 - Suspensão dos prazos de atos processuais para os sujeitos passivos, como aqueles para interposição de defesas administrativas e recursos perante o CARF;
 - Criação de alternativas de julgamento das sessões do CARF por meio virtual;
 - Suspensão, pelo prazo de 90 dias, de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal;
 - Suspensão dos prazos para resposta do contribuinte em razão do exercício de fiscalização.
 - **Objetivo:** *As propostas acima visam dar maior prazo às empresas para realizações de processos administrativos, devido à necessidade de redução de trabalhos operacionais nas suas instalações.*
-

POLÍTICA MONETÁRIA

- Redução da Taxa SELIC na reunião do COPOM prevista para 18 de março de 2020.
 - **Objetivo:** *Proporcionar condições para redução das taxas de juros aos tomadores finais, reduzindo, assim, o custo do capital de giro.*
- Redução dos depósitos compulsórios sobre depósitos a prazo e depósitos à vista.
 - **Objetivo:** *Aumentar a liquidez no mercado financeiro e a disponibilidade de crédito para as empresas, em especial para capital de giro.*

FINANCIAMENTO

- Facilitação, por parte dos bancos públicos e de desenvolvimento, do acesso a capital de giro, inclusive para empresas que têm crédito imobiliário, com condições diferenciadas de juros, carência de pelo menos 6 meses, prazo ampliado e flexibilização das garantias;
 - Prorrogação do prazo de pagamento de obrigações financeiras, com suspensão, por prazo determinado dos pagamentos, de financiamentos de bancos públicos e de desenvolvimento;
 - Fortalecimento do Cartão BNDES, com o retorno das operações via Banco do Brasil;
 - Intensificação do uso das linhas de crédito do BNDES Finame Materiais (*para insumos industriais*) e BNDES Crédito Pequenas Empresas, com maior divulgação das linhas de crédito e estímulo à operação por parte dos agentes financeiros;
 - Regulamentação da Lei Complementar nº 169/2019, publicada em 2 de dezembro de 2019, que alterou a Lei do Simples Nacional para autorizar a constituição das Sociedades de Garantia Solidária (SGS), sob a forma de sociedade por ações. O objetivo da medida é prover garantia aos sócios participantes, bem como a constituição de Sociedades de Contragarantia, com a finalidade do oferecimento de contragarantias à SGS;
 - Regulamentação do sistema nacional de garantias;
 - Ofertar, por meio de bancos públicos, *hedge* cambial com condições melhores que as do mercado, para reduzir os impactos da desvalorização cambial provocada pela crise.
 - **Objetivo:** *As propostas acima visam melhorar as condições de financiamento e ampliar o acesso ao crédito às empresas durante o período de queda das vendas, de modo a garantir a sobrevivência das empresas e permitir a manutenção dos empregos.*
-

REGULAÇÃO

- Ajustes, por parte da ANVISA, nas normas regulatórias de registro e pós-registro necessários para agilizar eventuais trocas de fornecedores de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) e outros insumos;
- Liberar o Preço de Fábrica dos medicamentos, com inovações incrementais dos critérios definidos pela Resolução nº 02/2004, nos termos do art. 6º, inciso IV da Lei nº 10.742/2003.

Objetivo: *as propostas acima visam estimular os investimentos, sendo que a pauta de precificação de medicamentos é prioritária para destravar investimentos em inovação previstos para o setor farmacêutico.*

- Prorrogação automática, por 90 dias, de Certidão Negativa de Débito (CND) com vencimento durante o período de vigência das medidas contra a crise;

Objetivo: *Viabilizar a operação de empresas com dificuldades momentâneas, provocadas pela crise, do cumprimento de obrigações tributárias.*

- Prorrogação automática, por 90 dias, de licenças obrigatórias e certidões (*ambientais, sanitárias, trabalhistas etc*);
 - Suspensão temporária da cobrança de taxas de registro junto às agências reguladoras federais (ANVISA, ANAC etc).
 - **Objetivo:** *As propostas acima visam reduzir custos e exigência de capital de giro e a quantidade de trabalho não ligado diretamente à produção nas empresas, diminuindo a necessidade de pessoal nas suas instalações.*
-

ADEQUAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

▪ REDUÇÃO DE JORNADA E SALÁRIO DE FORMA PROPORCIONAL DIRETAMENTE PELAS EMPRESAS

- **Objetivo:** Permitir que as empresas estabeleçam unilateralmente a redução de jornada e de salário, de forma proporcional. E ampliar o percentual da redução de jornada e salário proporcionais, previsto no art. 503 da CLT, que trata de força maior, por exemplo, adotando o percentual de até 50% (o texto atual fixa em a redução em no máximo 25%).
- **Medida:** Alterar o artigo 503 da CLT¹.

▪ AMPLIAÇÃO DO BANCO DE HORAS

- **Objetivo:** Permitir que o banco de horas seja fixado unilateralmente pela empresa, prevendo prazo de compensação de até 2 anos, em caso de paralisação das atividades da empresa, estabelecimento ou setor da empresa em razão da crise.
- **Medida:** Alterar o art. 59 da CLT.

▪ REDUÇÃO DE EXIGÊNCIAS PARA REALIZAÇÃO DO TELETRABALHO

- **Objetivo:** Deixar de aplicar exigências relacionadas ao teletrabalho, como: **a)** Que o teletrabalho e suas atividades constem expressamente em contrato de trabalho (ou termo aditivo); **b)** Prazo para a comunicação de alteração para o regime de teletrabalho; **c)** Contrato prévio sobre o pagamento das despesas relativas ao teletrabalho.
- **Medida:** Incluir artigo no capítulo do Teletrabalho na CLT (Capítulo II-A) para prever que em situações de força maior, não se aplicarão as exigências contidas no capítulo II-A da CLT.

¹ Redação atual do artigo 503 da CLT:

Art. 503 - É lícita, em caso de força maior ou prejuízos devidamente comprovados, a redução geral dos salários dos empregados da empresa, proporcionalmente aos salários de cada um, não podendo, entretanto, ser superior a 25% (vinte e cinco por cento), respeitado, em qualquer caso, o salário mínimo da região.

Parágrafo único - Cessados os efeitos decorrentes do motivo de força maior, é garantido o restabelecimento dos salários reduzidos.

- **PERMISSÃO DE TURNOS MISTOS ALTERNADOS ENTRE TELETRABALHO E TRABALHO PRESENCIAL NA REALIZAÇÃO DE UMA MESMA ATIVIDADE**
 - **Objetivo:** *Permitir que a empresa fixe a realização de turnos mistos dos empregados, divididos entre período em regime presencial e em teletrabalho, no mesmo dia ou em dias alternados.*
 - **Medida:** *Incluir artigo na CLT permitindo a fixação de turnos mistos, em situações de força maior – o que pode ser feito dentro do próprio capítulo de Teletrabalho (Capítulo II-A).*

 - **PERMISSÃO EXPRESSA DE ALTERAÇÃO DE HORÁRIOS DE TRABALHO**
 - **Objetivo:** *Permitir expressamente em lei a alteração unilateral pela empresa dos horários de trabalho, por exemplo, de grupos de trabalho, para reduzir a circulação de pessoas no mesmo horário.*
 - **Medida:** *Incluir no artigo 468 da CLT permissão expressa de alteração unilateral de horário de trabalho.*

 - **REATIVAÇÃO DO PROGRAMA SEGURO-EMPREGO (PSE)**
 - **Objetivo:** *Reativar o Programa Seguro-emprego, com adequações para o cenário atual, para facilitar a preservação dos empregos e favorecer a atividade e a recuperação econômica.*
 - **Medida:** *Alterar a Lei 13.189/2015, para reativar o Programa Seguro-Emprego para utilização nesse cenário de crise.*

 - **CUSTEIO DO SALÁRIO DOS EMPREGADOS AFASTADOS, EM ESPECIAL PARA OS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**
 - **Objetivo:** *estabelecer que o custeio do salário dos empregados afastados em virtude da crise, inclusive os 15 primeiros dias, em especial para os empregados das micro e pequenas empresas.*
 - **Medida:** *Alterar o artigo 60, §3º da Lei 8.213/91.*
-

- **PERMISSÃO DE COMPENSAÇÃO DE DIAS NÃO TRABALHADOS DO PERÍODO DE FÉRIAS E OUTRAS ALTERAÇÕES**
 - **Objetivo:** *Em caso de paralisação de atividades da empresa ou do empregado, poderá a empresa compensar os dias em que não houver trabalho com os dias de férias do empregado, ainda que não tenha completado o período aquisitivo, ou que estas já estejam em curso.*
 - **Medida:** *alterar o capítulo das férias na CLT para prever essas alterações.*
 - **OBSERVAÇÕES**
 - *Não deverá ser exigido o prazo mínimo de 30 dias de comunicação para início das férias (art. 135 da CLT);*
 - *Não deve ser exigido o adiantamento do pagamento das férias no prazo fixado na lei (até 2 dias antes de seu início), podendo o mesmo ser realizado na data de pagamento do salário mensal;*
 - *Deve também ser flexibilizada a data de pagamento do terço constitucional de férias (art. 7º, XVII da CF), bem como deve ser permitido seu parcelamento;*
 - **No caso de férias coletivas**, *não deverá ser aplicada a exigência de comunicação prévia pelo empregador (art. 139, §2º da CLT) e o encaminhamento de cópia ao sindicato.*

 - **NÃO APLICAÇÃO DE MULTAS POR MEDIDAS ADOTADAS PELA EMPRESA EM FUNÇÃO DO ENFRENTAMENTO DA ATUAL CRISE.**
 - **Objetivo:** *Estabelecer que a fiscalização do trabalho deixe de aplicar eventuais multas ou outras penalidades em relação a medidas extraordinárias adotadas pela empresa em função do enfrentamento da atual crise.*
 - **Medida:** *alterar o artigo 627 da CLT.*

 - **AMPLIAÇÃO DO LAY-OFF**
 - **Objetivo:** *Permitir a utilização do lay-off, conforme art. 476-A da CLT, durante a crise, sem exigência de curso de qualificação profissional, excepcionando-se também a exigência da carência de 16 meses prevista no seu §2º.*
 - **Medida:** *Alterar o artigo 476-A da CLT.*

 - **SUSPENSÃO DOS REGISTROS ADMINISTRATIVOS**
 - **Objetivo:** *Suspender, durante a crise, os registros e atualização de dados obrigatórios, ou a realização de atos específicos como treinamentos e outros dessa natureza, exigidos em Normas Regulamentadoras, como os relacionados: **a)** ao Serviço Especializado em Segurança e Medicina no Trabalho, conforme NR 04; **b)** à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme NR 05.*
 - **Medida:** *Editar portaria suspendendo as exigências mencionadas.*
-

- **AMPLIAÇÃO DO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES OCUPACIONAIS**
 - **Objetivo:** Ampliar o prazo para a realização de exames ocupacionais, a exemplo dos exames periódicos e de mudança de função, previstos no art. 168 da CLT, regulado pela NR 07 (PCMSO), em especial os exames “periódico”, de “mudança de função”, e de “retorno ao trabalho” (previstos nos itens 7.4.1 da NR 07). Devem tais exames deixar de ser exigidos durante o período de crise.
 - **Medida:** Publicar ato normativo para suspender a exigência dos exames ocupacionais durante o período de crise.

 - **SUSPENSÃO DOS PRAZOS DE CONTESTAÇÃO E DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS**
 - **Objetivo:** Suspender, temporariamente, os prazos de contestação e de recursos administrativos de autos de infração trabalhista, durante o período da crise.
 - **Medida:** Editar ato normativo suspendendo os prazos administrativos.

 - **EXCLUSÃO EXPRESSA NO TEXTO DE LEI DA DOENÇA DO COVID-19 COMO DOENÇA RELACIONADA AO TRABALHO**
 - **Objetivo:** Prever expressamente na legislação que a doença causada pelo COVID-19 não se trata de doença do trabalho.
 - **Medida:** Editar lei para prever de forma expressa que a doença causada pelo COVID-19 não é doença do trabalho.

 - **EXTENSÃO EMERGENCIAL DO CRITÉRIO DE DUPLA VISITA**
 - **Objetivo:** Considerando as circunstâncias absolutamente inéditas e extraordinárias, prever, no período, critério de dupla visita, salvo nos casos mais graves (somente para fraude, resistência ou embaraço à fiscalização, ou nas hipóteses em que restar configurado acidente do trabalho fatal, trabalho em condições análogas às de escravo ou trabalho infantil).
 - **Medida:** alterar o § 2º do art. 627 da CLT, para excluir das exceções à dupla visita a falta de registro de empregado em CTPS, atraso no pagamento de salário ou FGTS e reincidência.
-